

**A. I. N°** - 180573.0004/07-1  
**AUTUADO** - ITF CHEMICAL LTDA.  
**AUTUANTE** - ARISTON ALVES DA SILVA  
**ORIGEM** - INFAZ INDÚSTRIA  
**INTERNET** - 02.10.2008

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0326-01/08

**EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO EM VALOR SUPERIOR AO PERMITIDO. AQUISIÇÃO DE BENS DO ATIVO PERMANENTE. Infração reconhecida. 2. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. a) BENS DESTINADOS AO ATIVO IMOBILIZADO. Contribuinte elide parcialmente a exigência fiscal. Infração subsistente em parte. b) MATERIAL DE USO E CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. Infração reconhecida. 3. BASE DE CÁLCULO. ERRO NA SUA DETERMINAÇÃO. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. Infração reconhecida. 4. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. a) MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Autuado elide parcialmente a autuação. Infração subsistente em parte. b) MERCADORIA NÃO SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 1% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Infração reconhecida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.**

## RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 18/12/2007, reclama ICMS no valor de R\$ 264.793,99, além de multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$ 40.585,56, em decorrência do cometimento das seguintes infrações à legislação do ICMS atribuídas ao autuado:

1. Utilizou crédito fiscal de ICMS relativo à entrada de bem do ativo imobilizado, apropriando-se de valor superior ao permitido pela legislação, no mês de novembro de 2007, sendo exigido ICMS no valor R\$ 42.442,99, acrescido da multa de 60%. Consta que o contribuinte ao adquirir mercadorias para integrar o Ativo Permanente, utilizou o crédito integral referente ao ICMS destacado em documentos fiscais, contrariando as disposições do artigo 93, §§ 11,12 e 17 do RICMS/BA;
2. Deixou de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento, nos meses de março e maio de 2002, março a maio de 2003, abril a junho, setembro e outubro de 2005, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 192.848,72, acrescido da multa de 60%. Consta que o contribuinte deixou de recolher o ICMS relativo à diferença de alíquotas, em razão de não ter lançado algumas notas fiscais, bem como pela existência de divergências nos lançamentos, conforme demonstrativo Anexo III e cópia

dos livros Registro de Entradas de Mercadorias e Registro de Apuração do ICMS e das respectivas notas fiscais;

3. Deixou de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas a consumo do estabelecimento, nos meses de maio e junho de 2003 e novembro de 2005, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 12.110,28, acrescido da multa de 60%;

4. Recolheu a menos o ICMS devido pelas importações de mercadorias do exterior, em razão de erro na determinação da base de cálculo, quer pela falta de inclusão das despesas aduaneiras incorridas até o desembaraço, quer pela utilização incorreta da taxa cambial, nos meses de janeiro a março, junho a dezembro de 2002, janeiro a março, maio a setembro de 2003, janeiro, março a dezembro de 2004, sendo exigido ICMS no valor de R\$ 17.392,00, acrescido da multa de 60%. Consta que o contribuinte deixou de incluir na base de cálculo do imposto os valores relativos à despesas aduaneiras ou “outros impostos e taxas” previstos no artigo 58 do RICMS/BA, conforme Anexo V e Resumo;

5. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas à tributação sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de agosto de 2002, maio de 2003, fevereiro a maio de 2004, fevereiro, março, junho, julho e dezembro de 2005, sendo imposta multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$ 38.827,64, correspondente a 10% do valor comercial das mercadorias. Conforme demonstrativo Anexo VI;

6. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de janeiro de 2002, abril de 2003, março, setembro e novembro de 2004, fevereiro a abril, junho, outubro e dezembro de 2005 e novembro de 2006, sendo imposta multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$ 1.757,92, correspondente a 1% do valor comercial das mercadorias. Conforme demonstrativo Anexo VI.

O autuado apresentou peça impugnatória ao lançamento de ofício às fls. 572/573, afirmando que após análise dos documentos relativos à acusação fiscal, constatou a existência de divergências entre o levantamento fiscal e os seus controles internos.

Aponta relativamente à infração 02, os seguintes equívocos:

- em 31/03/2003, o levantamento indica o valor de R\$ 1.086,29, referente à diferença de alíquotas da Nota Fiscal nº 0655, sendo considerado como base de cálculo o valor de R\$ 15.500,00, enquanto o valor destacado no referido documento fiscal é de R\$ 3.100,00, devendo ser estornado o valor de R\$ 1.086,29;

- em 30/06/2005, o levantamento indica o valor da diferença de alíquotas de R\$ 7.776,06, sendo considerado pela autuação que as notas fiscais correspondentes não teriam sido lançadas, enquanto no livro Registro de Apuração do ICMS constam os lançamentos, sendo o cálculo realizado conforme planilha que anexa.

- em 31/05/2005, foram consideradas duas notas fiscais como referentes a mercadorias para uso e consumo, quando o correto é Nota Fiscal nº. 3643, no valor de R\$ 10.000,00 – demonstração com posterior devolução –, Nota Fiscal nº. 30936, no valor de R\$ 3.686,91 – remessa em garantia –, devendo ser estornado o valor de R\$ 1.368,60.

Quanto à infração 05, afirma que nos meses de fevereiro e março de 2004 e junho de 2005, as Notas Fiscais nºs 56762, 57060 e 79334, foram consideradas, respectivamente, como não declaradas, enquanto foram devolvidas para o fornecedor por não atenderem as especificações técnicas dos pedidos de compras. Acrescenta que está anexando aos autos as notas fiscais do fornecedor que atestam o retorno das mercadorias, motivo pelo qual não deram entrada no estabelecimento autuado, devendo ser o estornado o valor de R\$ 7.946,30.

Conclui, solicitando que os valores apontados sejam excluídos do montante total do Auto de Infração.

Consta à fl. 592, Certificado de Crédito no valor de R\$ 384.882,17, para pagamento parcial do Auto de Infração em lide, e à fl. 602, despacho confirmando a apropriação do referido valor no SIGAT.

O autuante prestou informação fiscal às fls. 608/609, dizendo que o autuado reconhece as infrações 01, 03, 04 e 06 integralmente.

Quanto às infrações 02 e 05, acata em sua totalidade as argumentações defensivas, reconhecendo que os valores apontados na peça de defesa devem ser excluídos da exigência fiscal no total de R\$ 18.177,25.

Finaliza dizendo que com a exclusão do valor de R\$ 18.177,25, remanesce o valor histórico de R\$ 287.202,30, valor este reconhecido pelo autuado e quitado, conforme cópia do DAE à fl. 599, através do Certificado de Crédito nº. 758.496 à fl. 592.

#### **VOTO**

O Auto de Infração em lide imputa ao autuado o cometimento de 06 infrações à legislação do ICMS, dentre as quais este reconhece integralmente as infrações 01, 03, 04 e 06, e se insurge parcialmente contra as infrações 02 e 05, inclusive, efetuando o pagamento do valor referente à parcela do débito reconhecido, conforme extrato do SIGAT acostado aos autos.

No que concerne à parte impugnada da infração 02, constato que o autuado comprova descaber a exigência referente ao período de ocorrência de 31/03/2003, no valor de R\$ 1.086,29, relativa à Nota Fiscal nº 0655, haja vista que o valor indicado de R\$ 15.500,00 está equivocado, por ser o valor correto R\$ 3.100,00, cabendo a exclusão do valor de R\$ 1.086,29.

Assiste razão ao autuado também quanto à exigência referente período de ocorrência 31/05/2005, haja vista que no levantamento foi arrolada indevidamente a Nota Fiscal nº 3643, no valor de R\$ 10.000,00, que diz respeito à demonstração com posterior devolução, e a Nota Fiscal nº. 30936, no valor de R\$ 3.686,91, relativa à remessa em garantia, cabendo a exclusão do valor de R\$ 1.368,60, remanescendo o ICMS devido em 31/05/2005 no valor de R\$ 9.224,03.

Comprova também o autuado descaber a exigência referente ao período de ocorrência de 30/06/2005, no valor de R\$ 7.776,06, haja vista que as notas fiscais correspondentes foram devidamente lançadas.

Diante do exposto, este item da autuação é parcialmente subsistente no valor de R\$ 182.617,77.

Quanto à infração 05, restou comprovado que a exigência referente aos meses de fevereiro e março de 2004 e junho de 2005, relativa às Notas Fiscais nºs 56762, 57060 e 79334, no valor de R\$ 7.946,30, também é incabível, tendo em vista que as mercadorias não entraram no estabelecimento, por ter ocorrido o retorno das mercadorias, motivo pelo qual não deram entrada no estabelecimento autuado, cabendo a exclusão do valor de R\$ 7.946,30.

Assim, neste item da autuação, a exigência referente a 29/02/2004 e 31/03/2004 são excluídas, ficando a exigência referente a 30/06/2005 reduzida para R\$ 441,52, permanecendo os demais períodos indicados originalmente no Auto de Infração, o que resulta no valor de R\$ 30.881,34.

Relevante registrar que o próprio autuante acata as alegações defensivas, reconhecendo que os valores apontados na peça de defesa devem ser excluídos da exigência fiscal no total de R\$ 18.177,25, remanescendo o valor do débito total de R\$ 287.202,30.

Verifico que o autuado efetuou o pagamento do valor do débito reconhecido, através do Certificado de Crédito nº 758.496.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, devendo ser homologado o valor recolhido.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **180573.0004/07-1**, lavrado contra **ITF CHEMICAL LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$254.563,04**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, II, alíneas “a”, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além das multas por descumprimento de obrigações acessórias no valor total de **R\$32.639,26**, previstas nos incisos IX, XI, no já citado dispositivo legal, com os acréscimos moratórios na forma da Lei nº 9.837/05, devendo ser homologado o valor recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de setembro de 2008.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE/RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - JULGADOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR